

Credores esperam resultados do pacote

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — Ao sair de um encontro de 40 minutos com o secretário do Tesouro americano, James Baker III, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse que, na medida das suas possibilidades, ele prometeu apoiar o Brasil, especialmente nas áreas em que puder influir decisivamente. O ministro incluiu entre essas áreas os organismos financeiros internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Clube de Paris, e fez questão de excluir as negociações com os bancos privados credores do país.

A conversa com o chefe da equipe econômica americana ontem parece ter produzido resultados muito mais modestos do que a realizada durante o carnaval. Naquela oportunidade, Maílson saiu exultante de seu encontro com Baker, que teria oferecido apoio amplo para as negociações a respeito da dívida externa.

O clima mais sóbrio da reunião de ontem parece resultar da avaliação americana de que, apesar de seu empenho, o ministro da Fazenda só tem conseguido avanços pequenos e tardios na batalha contra o déficit e a inflação. O apoio do governo americano seria assim apenas proporcional aos resultados que o governo Sarney puder apresentar.

Ao sair do encontro, Maílson foi vago ao descrevê-lo, limitando-se a dizer que "questões de mútuo interesse" tinham sido discutidas. Com relutância, o ministro disse que Baker estava interessado em conhecer as repercussões financeiras da redução do déficit público que deverão ser conseguidas com o congelamento temporário da URP.

Maílson esclareceu que a campanha de redução do déficit não deverá terminar com o corte da folha salarial do governo. "Ao contrário do que pensam os mais pessimistas", afirmou, "há mais medidas a caminho, como cortes de subsídios, limites no endividamento de órgãos do setor público, combate à sonegação e outros cortes no orçamento da União.

Estatais — Segundo o ministro, Baker achou interessante a decisão do governo Sarney de substituir totalmente a diretoria das empresas estatais que estiverem marcadas para a privatização, a fim de evitar que os mais altos funcionários dessas empresas passem a funcionar como um foco de resistência aos planos do governo.

Tendo em vista os parcisos resultados do encontro com o secretário do Tesouro, Maílson esforçou-se para afirmar que não entrara com grandes expectativas. "Não queria mais do que uma troca de idéias", disse.

Mas os especialistas do governo americano, dos bancos e dos organismos internacionais não deixam de chamar atenção para a gravidade dos atrasos dos cronogramas fixados pelo próprio Maílson em sua viagem anterior. Naquela época ele tinha afirmado, por exemplo,

que abril seria o mês das negociações com o Fundo Monetário. Diante das resistências dentro do próprio governo às medidas de contenção do déficit e das indecisões do presidente da República para arbitrar rapidamente os impasses, agora Maílson diz que as negociações com o FMI começarão "o mais rapidamente possível". Ele sabe que o FMI só endosará a política econômica depois de reduzido o déficit abaixo de 4%. Os bancos credores do Brasil, por sua vez, lembram que só vão assinar o acordo de reescalonamento da dívida diante do sinal verde do Fundo Monetário.

Prazos — Prazos inexoráveis começaram agora a funcionar contra o governo, afirmam economistas de instituições internacionais em Washington. Se o governo brasileiro demorar até o fim do mês para reduzir o déficit, a missão do FMI só embarcará para Brasília no início de maio, passará quase todo o mês negociando um programa de contenção, prazos e condições de um acordo e só depois escreverá seu relatório. Geralmente, uma missão leva cerca de um mês para fazer um relatório. Isso quer dizer que o documento só seria entregue à diretoria do FMI em fins de junho. Como há um prazo de 30 dias para a diretoria analisar o documento antes de se pronunciar a

respeito, quer dizer que só em fins de julho iria discuti-lo. Qualquer atraso adicional nesse processo poderá adiar a decisão do FMI para setembro, visto que a diretoria daquela instituição entra em férias em agosto.

"Há o perigo de condenar o país inteiro a meses de incertezas se os cortes não forem feitos rapidamente", afirma um banqueiro membro da comissão de coordenação dos bancos na negociação da dívida. Ao sair do encontro com o secretário do Tesouro, o ministro da Fazenda estava consciente desse perigo e nos encontros que teve no fim da tarde e à noite outros interlocutores encarregaram-se de ressaltar esses prazos implacáveis.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, manifestou em Belgrado no encontro sobre o Gatt (Acordo Geral de Preferências e Tarifas) promovido pelo Grupo dos 77 (países em desenvolvimento) a esperança de que o Gatt inverta a atual tendência de diminuição do intercâmbio comercial entre os países em desenvolvimento. Esse intercâmbio, destacou, caiu para US\$ 107 milhões em 1987. Abreu se disse inquieto porque "praticamente todos os canais de diálogo entre o Norte e o Sul foram bloqueados" após a crise da dívida no início da década. O encontro do Grupo dos 77 começou na segunda-feira e é presidido pelo iugoslavo Ibrahim Tackovic.



Maílson (D), ao lado de Marques Moreira: Ao contrário do que muitos pensam, há mais medidas a caminho